

## **PORTARIA Nº 202/2026 – DG**

*Publicada no DOE-Aleto nº 4220, de 09/03/2026*

**O Diretor-Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins**, no uso de suas atribuições legais, em consonância com o disposto no art. 116, inciso IX, da Lei nº 4.209, de 11 de agosto de 2023, alterada pela Lei nº 4.250, de 22 de novembro de 2023,

**Considerando** o Convênio nº 02/2025 firmado entre a Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins – ALETO e o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Estado do Tocantins – SEBRAE/TO;

**Considerando** a necessidade de acompanhamento, controle e análise da execução do referido convênio, especialmente quanto à prestação de contas parcial dos recursos e das ações executadas;

### **RESOLVE:**

**Art. 1º** Instituir Comissão com a finalidade de examinar e emitir manifestação técnica sobre a prestação de contas parcial do Convênio nº 02/2025, celebrado entre a Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins – ALETO e o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE/TO.

**Art. 2º** A Comissão será composta pelos seguintes membros:

- I. **Julio da Silva Oliveira**, matrícula 1186960, Presidente da Comissão;
- II. **Lucio Bernardes Prestes**, matrícula 1187925, Membro;
- III. **Renato Jayme da Silva**, matrícula 2481, Membro;
- IV. **Laila Cristina Gonçalves Silva Amaral Calixto**, matrícula 1187660, Membro.
- V. **Marcos Antonio Pires Silva**, matrícula 1187392, Membro.

**Art. 3º** Compete à Comissão realizar a análise técnica da documentação apresentada na prestação de contas parcial do Convênio nº 02/2025, observando o disposto nos arts. 23 e 40 do Decreto Estadual nº 5.815/2024, especialmente no que se refere a:

- I. à verificação da regularidade formal e material da documentação apresentada;
- II. à comprovação da execução do objeto pactuado e do alcance das metas estabelecidas no plano de trabalho;
- III. à conformidade da aplicação dos recursos financeiros transferidos com as finalidades previstas no instrumento de convênio;
- IV. à verificação da existência de eventual saldo remanescente ou necessidade de devolução de recursos;
- V. à emissão de relatório técnico conclusivo, opinando pela regularidade, regularidade com ressalvas ou irregularidade da prestação de contas analisada.

**Art. 4º** No exercício de suas atribuições, a Comissão poderá requisitar documentos, informações e esclarecimentos adicionais aos setores administrativos desta Casa de Leis ou ao SEBRAE/TO, sempre que necessários à adequada instrução da análise.

~~**Art. 5º** A Comissão terá o prazo de até 30 (trinta) dias, contados da publicação desta Portaria, para conclusão dos trabalhos, devendo, ao final, o relatório técnico ser juntado aos autos do processo administrativo correspondente, para as providências cabíveis e posterior encaminhamento ao Controle Interno.~~

**Art. 5º** A Comissão terá o prazo de até 30 (trinta) dias, contados da publicação desta Portaria, para conclusão dos trabalhos, prazo este prorrogado por mais 30 (trinta) dias, contados da publicação da Portaria nº 353/2026 – DG, devendo, ao final, o relatório técnico ser juntado aos autos do processo administrativo correspondente, para as providências cabíveis e posterior encaminhamento ao Controle Interno.

*(Alterado pela Portaria-DG nº 353/2026, publicada no DOE-Aleto nº 4242, de 16/04/2026)*

**Art.6º** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**Diretoria-Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins**, aos 6 dias do mês de março de 2026.

**IRISFRAN DE SOUSA PEREIRA**  
Diretor-Geral